

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

EDITAL REPUBLICADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2026

Processo Administrativo Nº 008/2026

Chamada Pública N. 001/2026, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) relativas ao PNAE.

A Prefeitura Municipal de Santo Estêvão, Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 14.042.667/0001-61, com sede localizada na Praça 07 de Setembro, 548, bairro Centro, na cidade de Santo Estêvão/BA, CEP 44.190-000, por meio da Secretaria Municipal de Educação. Considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, realiza **Chamada Pública** para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para atendimento ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), durante o ano de 2026. Os interessados (Fornecedores Individuais, Grupos Formais ou Informais) deverão apresentar a documentação para Habilitação e o Projeto de Venda **às 09:00 horas do dia 09 de Junho de 2026**, na sede da Prefeitura, no Setor de Licitações (SECAD), sediado(a) Praça 07 de Setembro, 548, bairro Centro, na cidade de Santo Estêvão/BA, CEP 44.190-000, nos termos e condições estabelecidas no presente instrumento e seus anexos.

1. OBJETO

A chamada pública tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE, NOS TERMOS DA LEI N.º 11.947, DE 16/07/2009, RESOLUÇÃO Nº 06 DO FNDE, DE 08/05/2020, DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DESTA MUNICÍPIO, DURANTE O ANO LETIVO DE 2026, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	NOMENCLATURA
UNIDADE	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC
PROJETO / ATIVIDADE	2028	FUNCIONAMENTO DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL
ELEMENTO	30	MATERIAL DE CONSUMO
FONTES DE RECURSOS	1552	PNAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

3. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

Os fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com as Resoluções do FNDE relativas ao PNAE.

Até o horário, data e local determinados no preâmbulo, os participantes da Chamada Pública N. 001/2026 deverão apresentar DOIS ENVELOPES LACRADOS, contendo, respectivamente, os documentos necessários à habilitação (ENVELOPE 01) e o Projeto de Venda (ENVELOPE 02).

3.1. Documentos para habilitação – ENVELOPE 01

3.1.1.O FORNECEDOR INDIVIDUAL (agricultor familiar detentor de DAP Física ou CAF, não organizado em grupo) deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I. cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- II. extrato completo da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) DAP Física do agricultor familiar participante ou do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF válidos, emitidos nos últimos 60 dias. Para povos e comunidades tradicionais será admitida a apresentação do Número de Identificação Social (NIS) na ausência da DAP ou do CAF;
- III. prova de atendimento aos requisitos higiênico-sanitários previstos em normas específicas, quando for o caso;
- IV. declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria (ANEXO II – DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA);
- V. declaração de responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual de venda (ANEXO III – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA).

3.1.1.1. A aquisição dos gêneros alimentícios do **FORNECEDOR INDIVIDUAL**, na condição de **FAMÍLIA RURAL INDIVIDUAL**, será realizada no nome da mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido. Para tanto, o **FORNECEDOR INDIVIDUAL** deverá apresentar todos os documentos acima relacionados do homem e da mulher, constantes na DAP ou no CAF, quando estes forem **declarante e cônjuge/companheira**, respectivamente, sob pena de inabilitação.

3.1.1.1.1. Caso a mulher não queira participar da aquisição, com no mínimo 50% do valor da venda em seu nome, deverá apresentar uma declaração de renúncia dos 50% da venda, em favor do homem (declarante), devidamente assinada e identificada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

3.1.2. O GRUPO INFORMAL (agricultores familiares, detentores de DAP ou CAF Física, organizados em grupo) deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I. cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de cada agricultor familiar participante;
- II. extrato completo da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Física de cada agricultor familiar participante ou do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF válidos, emitidos nos últimos 60 dias. Para povos e comunidades tradicionais será admitida a apresentação do Número de Identificação Social (NIS) na ausência da DAP ou do CAF.
- III. prova de atendimento aos requisitos higiênicos-sanitários previstos em normas específicas, quando for o caso, conforme descrito no item **3.1.4** deste Edital, e na Nota Técnica Conjunta Nº 01/2024 - COALE/SUAD/SED - GEALI/CEVISA/SES;
- IV. declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no Projeto de Venda (ANEXO II – DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA);
- V. declaração de responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual de venda (ANEXO III – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA).

3.1.2.1. A aquisição dos gêneros alimentícios do **FORNECEDOR INDIVIDUAL**, participante do **GRUPO INFORMAL** na condição de **FAMÍLIA RURAL INDIVIDUAL**, será realizada no nome da mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido. Para tanto, o **FORNECEDOR INDIVIDUAL** deverá apresentar todos os documentos acima relacionados do homem e da mulher, constantes na DAP ou no CAF, quando estes forem **declarante e cônjuge/companheira**, respectivamente, sob pena de inabilitação.

3.1.2.1.1. Caso a mulher não queira participar da aquisição, com no mínimo 50% do valor da venda em seu nome, deverá apresentar uma declaração de renúncia dos 50% da venda, em favor do homem (declarante), devidamente assinada e identificada.

3.1.3. O GRUPO FORMAL (cooperativas e associações de agricultores familiares detentoras de DAP ou CAF Jurídica, devidamente formalizadas) deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I. cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Jurídica, para associações e cooperativas ou do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF válidos, emitidos nos últimos 60 dias;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

- III. cópia do comprovante de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social;
 - IV. cópia do comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - V. cópia do estatuto e da ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
 - VI. declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados relacionados no Projeto de Venda (ANEXO II – DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA);
 - VII. declaração do seu representante legal se responsabilizando pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados (ANEXO III – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS);
 - VIII. prova de atendimento aos requisitos higiênico-sanitários previstos em normas específicas, quando for o caso;
- 3.1.4. Para produtos manipulados/processados**, oriundos da agricultura familiar, deve-se apresentar como prova de atendimento aos requisitos higiênico-sanitários previstos em normas específicas, conforme o produto ofertado, os seguintes documentos:
- I. para **produtos minimamente processados de origem vegetal** como fruta ou hortaliça, ou combinação destas, que tenham sido fisicamente alterados, mas que permaneçam no estado fresco, ou seja, que tenham sido lavados, sanitizados, cortados, fatiados, ralados, picados, descascados, torneados ou na forma de cubos, e produtos como **doce de frutas, farinhas, pão, bolo, biscoito e bolacha**: Licença Sanitária Simplificada expedida pela Vigilância Sanitária local.
 - II. para **polpas de frutas**: Certificado de Registro de Estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa);
 - III. para produtos de origem animal (mel, ovo, lácteos e cárneos): Certificado de Inspeção Sanitária do Serviço de Inspeção Municipal – SIM; ou do Serviço de Inspeção Estadual – SIE; ou do Serviço de Inspeção Federal – SIF; ou do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI, de acordo com o âmbito de comercialização do produto;
 - IV. para o **transporte de produtos refrigerados/congelados, de origem animal** (laticínios e cárneos): Certificado de Vistoria do Veículo ou Inspeção Sanitária, concedido pela autoridade sanitária local, conforme a legislação vigente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

3.1.4.1. Os documentos apresentados devem abranger a atividade a qual o alimento ofertado se classifica.

3.1.4.2. No caso do processamento/beneficiamento de um determinado alimento oriundo da agricultura familiar por empresa terceirizada, o agricultor familiar ou a cooperativa/associação deve apresentar o contrato firmado com a empresa processadora, a qual deve possuir todos os registros sanitários exigidos para o produto processado em questão (Mapa ou Anvisa) e outras exigências legais, se houver.

3.2. Projeto de Venda – ENVELOPE 02

3.2.1. Os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda assinado pelo seu representante legal, em consonância com o ANEXO IV – PROJETO DE VENDA.

3.2.2. Os Fornecedores Individuais e Grupos Informais participantes na condição de **FAMÍLIA RURAL INDIVIDUAL**, caso a mulher (cônjuge/companheira) não tenha realizado 100% da proposta em seu nome ou renunciado a aquisição, de acordo com os itens **3.1.1.1.1 e 3.1.2.1.1**, deverão apresentar 2 (dois) projetos de venda, um no nome do homem (declarante) e outro no nome da mulher (cônjuge/companheira) constantes na DAP ou no CAF, com os seus respectivos valores de venda, sendo que, no mínimo, 50% do valor total da venda deve ser no nome da mulher.

3.2.3. No Projeto de Venda devem constar: o nome, o CPF e o número da DAP ou do CAF Física de cada agricultor familiar fornecedor, quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal; e o CNPJ e o número da DAP ou do CAF Jurídica da organização produtiva, quando se tratar de Grupo Formal. Para os povos e comunidades tradicionais poderá ser aceito o NIS em substituição ao número da DAP ou do CAF.

3.2.4. As especificações dos gêneros alimentícios no projeto de venda deverão estar em conformidade com as descritas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

3.3. Caso seja constatada ausência ou desconformidade de qualquer um desses documentos durante a abertura dos envelopes, a COMISSÃO JULGADORA poderá conceder prazo para regularização, de até 2 (dois) dias úteis.

3.4. A análise e a seleção das propostas dos fornecedores serão realizadas em sessão pública e registradas em ata, assim que termine o prazo para apresentação da documentação de habilitação e do projeto de venda.

3.5. O resultado da seleção será divulgado no Diário Oficial do Município (DOM);

3.6. Os fornecedores selecionados deverão assinar os contratos no prazo de até 7 (sete) dias úteis, a contar da data de sua convocação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

4. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em:

- I.** grupo de projetos de fornecedores locais;
- II.** grupo de projetos da Região Geográfica Imediata (REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATA E INTERMEDIÁRIA);
- III.** grupo de projetos da Região Geográfica Intermediária (REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATA E INTERMEDIÁRIA);
- IV.** grupo de projetos do Estado;
- V.** grupo de projetos do País.

4.2. Para seleção, será observada a seguinte ordem de prioridade dentre os grupos de projetos:

- I.** o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais;
- II.** o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o da Região Geográfica Intermediária, o do Estado e/ou o do País;
- III.** o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do Estado e/ou o do País;
- IV.** o grupo de projetos do Estado tem prioridade sobre o do País.

4.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- I.** Das aquisições de gêneros alimentícios da Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA, identificada por Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, realizadas pelas entidades executoras, de que trata o caput, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido deverá ser em nome da mulher, comprovado por nota fiscal de venda. **(Nos termos do § 4º da Resolução CD/FNDE nº 3, de 4 de fevereiro de 2025.)**
- II.** A mulher membro da UFPA de que trata o § 4º será identificada por meio de número de CPF, e no extrato do CAF deve constar como mão de obra.
- III.** A aquisição de que trata o § 4º será comprovada por meio de nota fiscal de venda, emitida em nome e CPF da mulher.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

IV. Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres, não havendo prioridade entre estes:

V. Grupo formal de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres deverão ter, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) de cooperados/associados com DAP ou CAF Pessoa Física no extrato da DAP ou CAF Pessoa Jurídica;

VI. Grupos informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres deverão ter em sua composição 100% (cem por cento) de integrantes com DAP ou CAF Pessoa Física;

VII. No caso de empate entre os grupos formais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres, terão prioridade aqueles que apresentarem maior número de DAP ou CAF Pessoa Física no extrato da DAP ou CAF Pessoa Jurídica;

VIII. No caso de empate entre grupos informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres, terão prioridade aqueles que apresentarem o maior número de integrantes destes públicos, com DAP ou CAF Pessoa Física;

a) Para efeito do disposto neste item, devem ser considerados Grupos Formais e Grupo Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% +1 (cinquenta por cento mais um) dos agricultores/cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s) ou no(s) CAF(s).

b) No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, terão prioridade as organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s) ou no(s) CAF(s).

IX. os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei no 10.831/2003, o Decreto no 6.323/2007 e devido cadastro no Mapa;

X. os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de DAP ou CAF Jurídica, conforme Portarias do Mapa que regulamentam a DAP e o CAF).

4.3.1. No caso de empate entre Grupos Formais, terão prioridade as organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

associados/cooperados, conforme DAP ou CAF Jurídica.

4.3.2. Persistindo o empate, será realizado sorteio ou, havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

4.4. Caso não seja obtida a quantidade necessária de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, esta deve ser complementada com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização citados anteriormente.

5. PREÇO DE AQUISIÇÃO

5.1. O preço de aquisição será aquele indicado no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, o qual se refere ao Preço Referência publicado em Diário Oficial do Estado e/ou ao preço médio pesquisado em mercados em âmbito local, territorial, estadual ou nacional, nessa ordem, quando o produto a ser adquirido não constar na lista do Preço Referência.

5.2. Os preços dos produtos orgânicos ou agroecológicos serão acrescidos em 20% (vinte por cento) sobre os preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme dispõe a Lei no 12.512/2011.

6. AMOSTRAS DOS PRODUTOS

6.1. O(s) fornecedor(es) do(s) produto(s) processado(s) e/ou manipulado(s), classificado(s) em primeiro lugar, deverá(ão) entregar a(s) amostra(s) deste(s) produto(s) no(a) na sede da Prefeitura, no Núcleo de Licitações e Planejamento (SECAD), sediado(a) Praça 07 de Setembro, 548, bairro Centro, na cidade de Santo Estêvão/BA, CEP 44.190-000, conforme previsto no Termo de Referência;

6.2. Caso o(s) fornecedor(es) classificado(s) em primeiro lugar não entregue(m) a(s) amostra(s) do(s) produto(s) no prazo estipulado, ou está(s) não for(em) aprovada(s), o(s) próximo(s) fornecedor(es) colocado(s) será(ão) chamado(s), sucessivamente, até a classificação necessária à contratação.

6.3. A embalagem do(s) produto(s) processado(s)/beneficiado(s) por terceiros deverá trazer, explicitamente, as informações legais da empresa beneficiadora, inclusive os registros sanitários e rotulagem adequada. O rótulo deve indicar, também, que o produto é originado do agricultor familiar, cooperativa ou associação de agricultores familiares com dados que identifiquem o empreendimento, tais como: CNPJ ou CPF, nome, endereço etc.

6.4. Após a verificação das amostras dos produtos, a Nutricionista emitirá um relatório sobre os produtos apresentados.

7. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

7.1. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s), na Secretaria de Educação e/ou nas escolas, durante o decorrer do ano de 2026, cujas quantidades e datas por período serão solicitadas pelo contratante de acordo com a demanda.

8. PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado a cada entrega realizada, mediante a apresentação do documento fiscal e do TERMO DE RECEBIMENTO, com valores e itens correspondentes, vedada a antecipação de pagamento.

8.2. O pagamento somente será realizado se os documentos de habilitação, solicitados no item 3.1, estiverem no prazo de validade.

8.3. O pagamento será efetuado por meio de cartão magnético ou transferência bancária no nome do proponente, conforme o Projeto de Venda.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Este Edital, enquanto a chamada pública estiver aberta, estará disponível no(a) Portal Transparência do Município de Estêvão - Bahia, e do Portal Nacional de Contratações Públicas: www.pncp.gov.br.

9.2. Os gêneros alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal, de acordo com o item 3.1.4.

9.3. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP ou CAF/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

I. para a comercialização com Fornecedores Individuais e Grupos Informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP ou CAF/Ano/EEEx.;

II. para a comercialização com Grupos Formais, o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP ou CAF Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: Valor máximo a ser contratado = número de agricultores familiares inscritos na DAP ou CAF Jurídica x R\$ 40.000,00.

9.4. Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à publicação deste Edital que possam vir a prejudicar o processo e/ou determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão da UEx., poderá haver:

I. adiamento do processo;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

II. revogação da chamada pública ou sua modificação no todo ou em parte.

9.5. A participação de qualquer proponente na chamada pública implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável de seus termos, regras e condições, assim como dos seus ANEXOS.

9.6. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada por meio de Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelecerá, com clareza e precisão, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da chamada pública e da proposta a que se vinculam.

9.7. O contrato deverá ser assinado, por ambas as partes, no prazo de até cinco dias, a contar da data da convocação.

9.8. Faz parte integrante do presente expediente:

I. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

II. ANEXO II – DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA;

III. ANEXO III – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA;

IV. ANEXO IV – PROJETO DE VENDA;

V. ANEXO V – TERMO DE RECEBIMENTO;

VI. ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO.

Santo Estêvão, Bahia, 12 de Maio de 2026.

PAULO BIBIANO DA SILVA GOMES
Secretário de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CHAMADA

PÚBLICA N. 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE, NOS TERMOS DA LEI N.º 11.947, DE 16/07/2009, RESOLUÇÃO N.º 06 DO FNDE, DE 08/05/2020, DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DESTA MUNICÍPIO, DURANTE O ANO LETIVO DE 2026.

1.1. Os serviços são classificados como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.2. A presente contratação integra o Plano de Contratações Anual – PCA deste órgão, encontrando-se em consonância com o planejamento das contratações públicas e com as diretrizes administrativas vigentes, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estando devidamente autorizada pela autoridade competente.

1.3. O presente Termo de Referência tem como base legal a Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o disposto no art. 79, inciso I, que disciplina o credenciamento como procedimento auxiliar, bem como a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a Resolução FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, e demais normas aplicáveis ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

1.4. Para a execução do objeto, adota-se o procedimento de Chamada Pública, por meio de credenciamento, com seleção paralela e não excludente, hipótese em que se revela viável e vantajosa para a Administração Pública a contratação simultânea de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, desde que atendidos os requisitos técnicos, legais e sanitários previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

1.5. Tal procedimento mostra-se adequado à natureza do objeto, tendo em vista a necessidade de fornecimento contínuo, diversificado e regionalizado de gêneros alimentícios, em condições padronizadas de fornecimento, preços compatíveis com o mercado local e respeito à sazonalidade da produção agrícola, assegurando o atendimento integral da alimentação escolar no âmbito do PNAE.

1.6. Dessa forma, o credenciamento por Chamada Pública atende aos princípios da isonomia, impessoalidade, transparência, eficiência e interesse público, além de promover o fortalecimento da

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

agricultura familiar, o desenvolvimento local sustentável e o cumprimento do percentual mínimo legal de aplicação dos recursos do FNDE na aquisição direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

2 – DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Em cumprimento ao Art. 3º, inciso II, do Decreto Municipal nº 906/2025 e ao Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei Federal nº 14.133/2021, registra-se que a presente contratação se fundamenta integralmente no Estudo Técnico Preliminar elaborado em 12 de janeiro de 2026 pela Secretaria Municipal de Educação. O referido ETP demonstrou a viabilidade técnica e a necessidade legal da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do ano letivo de 2026, estando a demanda devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) deste órgão.”

2.2 A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento contínuo, regular e adequado de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no âmbito das escolas da rede municipal de ensino, durante o ano letivo de 2026.

2.3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar constitui política pública essencial à promoção da segurança alimentar e nutricional dos estudantes, assegurando o direito humano à alimentação adequada, conforme preconizado na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Nos termos do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, alterado pela Lei nº 18.226/2025, passou a ser obrigatório que no mínimo 45% (quarenta e cinco por cento) dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, sejam utilizados na aquisição direta de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, percentual este com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

2.4 A contratação encontra respaldo, ainda, na Resolução FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE, disciplinando as diretrizes para aquisição dos gêneros alimentícios, priorizando alimentos in natura ou minimamente processados, respeitando a cultura alimentar local e promovendo o desenvolvimento sustentável.

2.5 Dessa forma, a aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar revela-se imprescindível para assegurar o cumprimento das exigências legais e normativas do PNAE, bem como para garantir a oferta de alimentação escolar de qualidade, nutricionalmente adequada e suficiente aos estudantes da rede municipal, contribuindo para o seu desempenho escolar, permanência na escola e melhoria das

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

condições de aprendizagem.

2.6 Além disso, a contratação fomenta o desenvolvimento socioeconômico local e regional, fortalecendo a agricultura familiar, incentivando a geração de renda no campo, promovendo a inclusão produtiva dos agricultores e empreendedores familiares rurais e estimulando práticas sustentáveis de produção, em consonância com os princípios da administração pública e com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

2.7 Assim, diante da relevância social, educacional, nutricional e econômica da alimentação escolar, bem como da obrigatoriedade legal de aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, evidencia-se a necessidade da presente contratação, a fim de assegurar a continuidade das ações do PNAE e o pleno atendimento aos alunos da rede municipal de ensino durante o exercício de 2026.

3 – ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. As quantidades estimadas para esta contratação foram definidas com base no levantamento realizado considerando a necessidade atual da secretaria de educação.

3.1 Orçamento básico:

TEM	DESCRIÇÃO	JND	QTD	UNITÁRIO	V. TOTAL
1	ENDOIM , de primeira, gráudo, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	Kg	2.000	R\$ 28,13	R\$ 56.260,00
2	IM , de primeira, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	Kg	5.000	R\$ 8,37	R\$ 41.850,00
3	OBORA , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	Kg	4.000	R\$ 8,08	R\$ 32.320,00
4	FACE , com folhas lisas e firmes, viçosas e de verde brilhante de tamanho uniforme e típico da espécie, molhos de 50g (cinquenta gramas) aproximadamente. Livre de sujidades e de corpos estranhos aderentes à superfície externa de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	laço	1.000	R\$ 5,67	R\$ 5.670,00
5	TATA DOCE , de primeira, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Com ausência de sujidades, parasitos e	kg	3.000	R\$ 7,77	R\$ 23.310,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	as, de acordo com a Resolução 12/78 da NPA.				
6	ATA , do reino, inglesa, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o sumo.	Kg	5.000	R\$ 10,43	R\$ 62.580,00
7	FERRABA , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	Kg	500	R\$ 7,60	R\$ 3.800,00
8	FARINHA DE MILHO , a base de farinha de milho; cor, cheiro e sabor característicos; textura fina; livres de contaminação química, física ou biológica; acondicionado em saco transparente, atóxico e lacrado. Fabricação de acordo com a legislação vigente, em embalagem de 1 Kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, data de validade e qualidade do produto.	Kg	3.000	R\$ 40,57	R\$ 162.280,00
9	DOCES , individual, tipo cupcake, sabores diversos, a base de farinha de trigo enriquecida, ovos, leite, fermento; cor, cheiro e sabor característicos; textura macia; livres de contaminação química, física ou biológica; acondicionado em saco transparente, atóxico e lacrado. Fabricação de acordo com a legislação vigente, em embalagem contendo 01 unidade de aproximadamente 50g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, ingredientes, tabela nutricional, data de validade e qualidade do produto.	und	80.000	R\$ 2,73	R\$ 218.400,00
10	FARINHA DE MILHO , a base de fubá de milho, cor; cheiro e sabor característicos, livre de contaminação química, física ou biológica; acondicionado em saco transparente, atóxico e lacrado. Fabricação de acordo com a legislação vigente, em embalagem contendo 01 unidade de aproximadamente 50g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, ingredientes, informação nutricional, data de validade e qualidade do produto.	und	80.000	R\$ 2,86	R\$ 228.800,00
11	MAIÃO , de primeira, branca, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	5.000	R\$ 7,93	R\$ 39.650,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

12	BOLINHA VERDE - hortaliças frescas, com as íntegras e de primeira qualidade: limpa, inteira ou escovada, coloração uniforme; isenta de pragas, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, química ou biológica, de acordo com a Resolução 78 CMMPA.	caço	1.000	R\$ 5,31	R\$ 5.310,00
13	MOURE , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	5.000	R\$ 7,70	R\$ 38.500,00
14	MOURE , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	2.500	R\$ 7,37	R\$ 18.425,00
15	MOURE , de primeira qualidade, em molho, apresentando grau de evolução completo do molho, aroma e cor própria, isenta de sinais de deterioramento, sujidades e materiais terrosos. O médio de 90 a 100g.	mlh	6.000	R\$ 5,10	R\$ 30.600,00
16	RAPIÃO DE MANDIOCA , tipo 1, branca, fina, constituída de matéria-prima sã e limpa. O produto será ser isento de sujidades, parasitas e bolores. Embalagem primária: pacotes de plásticos de etileno transparente, atóxico, hermeticamente selado por termossoldagem resistente que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Embalagem de 1kg acondicionada em sacos de plástico. Rotulagem contendo, peso líquido, nome e CNPJ do fabricante, prazo de validade. Validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Kg	2.000	R\$ 11,29	R\$ 22.580,00
17	RAPIÃO CARIOQUINHA , tipo 1, de procedência nacional e ser de safra corrente, isento de pragas, parasitas e larvas. Embalagem em plástico, reforçada com 01 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, de acordo com as normas e/ou Resoluções vigentes da Anvisa/MS.	Kg	6.000	R\$ 9,80	R\$ 58.800,00
18	RAPIÃO DE TILÁPIA , sem espinhas, sem pele e congelado, com cor, cheiro e sabor próprios, acondicionado em saco plástico atóxico, vedado, o líquido de 01 kg. Rotulagem: Marca, data de fabricação, data de validade, número do SIF/SIE (peção) com validade mínima de 06 meses.	Kg	4.000	R\$ 65,27	R\$ 261.080,00
19	RAPIÃO CONGELADA (Acerola) - Produto inteiro, com cortes obtido da parte comestível da fruta madura e sã. Isento de fragmentos de partes não comestíveis e substâncias estranhas. Deverá	kg	1.000	R\$ 15,64	R\$ 15.640,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	<p>esentar aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Indicionado em embalagem plástica sparente, atóxica, resistente, hermeticamente nada, com peso líquido de 1kg. O produto deve ar em conformidade com a legislação vigente do PA e ANVISA, com as informações de lagem obrigatórias. Requer armazenamento a peratura de -18°C. A validade mínima aceitável entrega especificada em rótulo é de 90 s(3meses).</p>				
20	<p>UTA CONGELADA (Caju) - Produto in natura, n cortes obtido da parte comestível da fruta dura e são. Isento de fragmentos de partes não nestíveis e substâncias estranhas. Deverá esentar aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Indicionado em embalagem plástica sparente, atóxica, resistente, hermeticamente nada, com peso líquido de 1kg. O produto deve ar em conformidade com a legislação vigente do PA e ANVISA, com as informações de lagem obrigatórias. Requer armazenamento a peratura de -18°C. A validade mínima aceitável entrega especificada em rótulo é de 90 s(3meses).</p>	kg	1.000	R\$ 16,42	R\$ 16.420,00
21	<p>UTA CONGELADA (Manga) - Produto in natura, n cortes obtido da parte comestível da fruta dura e são. Isento de fragmentos de partes não nestíveis e substâncias estranhas. Deverá esentar aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Indicionado em embalagem plástica sparente, atóxica, resistente, hermeticamente nada, com peso líquido de 1kg. O produto deve ar em conformidade com a legislação vigente do PA e ANVISA, com as informações de lagem obrigatórias. Requer armazenamento a peratura de -18°C. A validade mínima aceitável entrega especificada em rótulo é de 90 s(3meses).</p>	kg	1.000	R\$ 15,54	R\$ 15.540,00
22	<p>UTA CONGELADA (Umbu) - Produto in natura, n cortes obtido da parte comestível da fruta dura e são. Isento de fragmentos de partes não nestíveis e substâncias estranhas. Deverá esentar aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Indicionado em embalagem plástica sparente, atóxica, resistente, hermeticamente nada, com peso líquido de 1kg. O produto deve ar em conformidade com a legislação vigente do PA e ANVISA, com as informações de lagem obrigatórias. Requer armazenamento a peratura de -18°C. A validade mínima aceitável</p>	kg	1.000	R\$ 17,13	R\$ 17.130,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	entrega especificada em rótulo é de 90 dias (3 meses).				
23	IOGURTE ZERO LACTOSE - iogurte sem lactose, com morango indicado para pessoas com intolerância à lactose, elaborado a partir de leite ou leite reconstituído, fermentos lácteos e enzima amilase, polpa de morango; estabilizante, emulsificante, conservante, selado, atóxico, resistente, 200ml cada, embalagem garrafa plástica atóxica, devendo estar íntegra e limpa; A adição de corantes deve estar em conformidade com a legislação, incluindo a Resolução nº 04/88 da CNS/MS. Deve estar escrito na embalagem "zero lactose". Deve ser conservado entre 1 a 10 graus centígrados; validade mínima de 30 dias a contar da data de fabricação; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução 273/05 da ANVISA/MS. O rótulo deverá seguir a Instrução Normativa Nº 22 de 11/05, do MAPA, devendo apresentar identificação e contato do fornecedor, nome do produto, peso, prazo de validade, ingredientes, informações nutricionais e SELO DA AGRICULTURA FAMILIAR conforme regulamentado pela Lei nº 11.326 de 24/07/2006 e Decreto nº 9.064 de 31/05/2017.	Und	8.000	R\$ 11,42	R\$ 34.260,00
24	IOGURTE SABOR MORANGO , pasteurizado, esterilizado, temperatura de conservação de 0 a 10°C devendo conter na embalagem as informações nutricionais e o prazo de validade, acidez baixa, ausência de microrganismos patogênicos, materiais perigosos, antibióticos, pesticidas, detergentes e desinfetantes embalagem de 1L. Deve ser conservado entre 1 a 10 graus centígrados; validade mínima de 30 dias a contar da data de fabricação; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução 273/05 da ANVISA/MS. O rótulo deverá seguir a Instrução Normativa Nº 22 de 11/05, do MAPA, devendo apresentar identificação e contato do fornecedor, nome do produto, peso, prazo de validade, ingredientes, informações nutricionais e SELO DA AGRICULTURA FAMILIAR conforme regulamentado pela Lei nº 11.326 de 24/07/2006 e Decreto nº 9.064 de 31/05/2017.	Lts	8.000	R\$ 12,80	R\$ 230.400,00
25	FRUTA LARANJA PÊRA , de primeira qualidade, in natura, preferencialmente orgânica e/ou agroecológica, apresentando grau de maturação adequado à manipulação, transporte e consumo, isenta de pragas, parasitas e larvas, sem lesões de origem física e mecânica oriundas de manuseio ou	Kg	5.000	R\$ 8,13	R\$ 40.650,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	transporte E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO; isento de pragas, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa, e de origem orgânica. De acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.				
26	ALHO , thaiti, de primeira qualidade, in natura, sem presença de sujidades, parasitas e larvas, grau de maturação que permita suportar a manipulação, transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	500	R\$ 8,70	R\$ 4.350,00
27	ABACAXI LANCIA , de primeira qualidade, livre de pragas, parasitas e larvas, tamanho e coloração adequados, devendo ser bem desenvolvida e firme, com polpa firme e intacta, acondicionada a vácuo. Peso médio de 7 kg a 10 kg cada unidade.	Kg	10.000	R\$ 5,13	R\$ 51.300,00
28	MEL DE ABELHA PURO : Produto in natura, sem adição de conservantes ou químicos, proveniente da apicultura familiar. Acondicionado em embalagem tipo sachê de 5g cada, plástica transparente e selada, contendo selo de inspeção (SIF/SIE/SIF) e rótulo com todas as informações obrigatórias. Livre de impurezas, fermentação ou qualquer alteração sensorial, garantindo a qualidade e segurança para o consumo na alimentação escolar.	Und	40.000	R\$ 0,42	R\$ 16.800,00
29	FEIJÃO VERDE ESPIGA , In natura, espigas de primeira qualidade, graúdas, sem fermento, firmes, apresentando grau de maturação adequado. De acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	Und	15.000	R\$ 4,13	R\$ 61.950,00
30	FRANGO CAPIRÃO - Produto fresco de ave galinácea, grande, íntegro, sem manchas ou sujidades, sem odor ou sabor anormais; acondicionados em embalagem apropriada, com casca áspera/fosca, e embalagens adequadas com prazo de validade, atendendo requisitos sanitários como SIF/SIM/SISP para rastreabilidade.	kg	3.000	R\$ 17,30	R\$ 51.900,00
31	FEIJÃO , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	4.000	R\$ 8,10	R\$ 32.400,00
32	SOPA DE ACEROLA 1KG , de 1ª qualidade, produto obtido a partir de frutas, pasteurizada, gelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isento de: vestígio de descongelamento, odor forte desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de plástico atóxico, resistente, transparentemente, tendo na embalagem a identificação do produto,	Kg	3.000	R\$ 17,79	R\$ 53.370,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	o, marca do fabricante, prazo de validade, selo de inspeção do órgão competente e data de validade. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.				
33	LPA DE GOIABA 1KG , de 1ª qualidade, produto do a partir de frutas, pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isento de vestígio de descongelamento, odor forte e agradável e qualquer substância contaminante. Indicionada em embalagem de polietileno expandido, resistente, transparentem contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, selo de inspeção do órgão competente e data de validade. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	3.000	R\$ 16,87	R\$ 50.610,00
34	LPA DE CAJU 1KG , de 1ª qualidade, produto do a partir de frutas, pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isento de vestígio de descongelamento, odor forte e agradável e qualquer substância contaminante. Indicionada em embalagem de polietileno expandido, resistente, transparentem contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, selo de inspeção do órgão competente e data de validade. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	3.000	R\$ 16,84	R\$ 50.520,00
35	QUEIJO MUSSARELA , 1ª qualidade, resfriado, em pedaços de 1 Kg, contendo no máximo 600 mg de sódio em 100g do produto, embalagem própria para congelamento, devendo constar: data de fabricação/validade na embalagem, validade mínima de 30 dias, com registro no órgão competente.. Deve ser conservado entre 1 a 10 graus centígrados; validade mínima de 30 dias a contar da data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução 273/05 da ANVISA/MS. O rótulo deverá seguir a Instrução Normativa Nº 22 de 24/11/05, do MAPA, devendo apresentar identificação e contato do fornecedor, nome do produto, peso, prazo de validade, ingredientes, informações nutricionais e SELO DA AGRICULTURA FAMILIAR conforme regulamentado pela Lei nº 11.326 de 24/07/2006 e Decreto nº 9.064 de 31/05/2017.	Kg	3.000	R\$ 51,12	R\$ 153.360,00
36	FEIJÃO , de 1ª qualidade, in natura, preferencialmente orgânica e/ou agroecológica,	Kg	3.000	R\$ 12,00	R\$ 36.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	apresentando grau de maturação adequado à manipulação, transporte e consumo, isenta de pragas, parasitas e larvas, sem lesões de origem física e mecânica oriundas de manuseio ou transporte.				
37	QUILHO , biscoito de goma, apresentando cor, aroma e sabor característicos; textura macia; livres de contaminação química, física ou biológica; acondicionado em saco transparente, atóxico e seguro. Fabricação de acordo com a legislação vigente, em embalagem contendo 01 unidades de aproximadamente 50g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, ingredientes, tabela nutricional, data de validade e quantidade do produto.	und	0.000	R\$ 2,83	\$ 169.800,00
38	ABACAXI , de primeira. Das variedades: Xerica ou Ponkan. Categoria I. Deve apresentar características da variedade bem definidas (cor, forma, sabor), aroma levemente perfumado, estar fisiologicamente desenvolvida, sadia, isenta de substâncias nocivas à saúde. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e mediano. Deverá apresentar-se bem formados, sem rachaduras, sem ataque de pragas e doenças, sem danos mecânicos. Peso médio do fruto de cerca de: 90 a 120g.	kg	0.000	R\$ 9,68	R\$ 96.800,00
39	MATE de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	kg	5.000	R\$ 8,78	R\$ 52.680,00
TOTAL				R\$ 2.664.695,00	

3.2. Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei 18.133/2021, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

3.3. A solução (objeto) está estimada no total de **R\$ 2.664.695,00** (dois milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e cinco reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

4 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Condições de execução

4.1.1. A execução do objeto dar-se-á por meio de Chamada Pública, com credenciamento de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, individuais ou organizados em grupos formais e informais, nos termos da Lei nº 11.947/2009, da Resolução FNDE nº 06/2020, e do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo instrumento convocatório.

4.1.2 O fornecimento dos gêneros alimentícios ocorrerá de forma parcelada, contínua e conforme demanda, durante o ano letivo de 2026, de acordo com o cronograma de entrega definido pela Secretaria Municipal de Educação, respeitando o cardápio elaborado por nutricionista responsável, a sazonalidade da produção agrícola, as condições climáticas e a capacidade produtiva dos fornecedores credenciados.

4.1.3 A entrega dos itens será de forma parcelada, conforme solicitação do setor de alimentação escolar, sendo o prazo de entrega de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação de entrega, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação motivada.

4.1.4 Após a primeira entrega, poderá o prazo ser por agendamento ou cronograma apresentado pela Secretaria Municipal de Educação.

4.1.5 Os gêneros alimentícios deverão atender aos padrões de qualidade, higiene e sanidade, conforme legislação sanitária vigente, incluindo normas da ANVISA, do Ministério da Agricultura, da Vigilância Sanitária, bem como às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, devendo ser entregues em embalagens adequadas, devidamente identificadas e em perfeitas condições de consumo.

4.1.6 Local de entrega: Depósito Central da Secretaria Municipal de Educação de Santo Estêvão-BA.

4.1.7 No caso de produtos com prazo de validade, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior à metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.1.8. Nos meses de férias dos alunos, o fracionamento mínimo de entrega poderá ser reduzido significativamente, e em casos de paralizações ou greves a entrega será paralisada até que se retornem as atividades;

4.1.9 Todos os produtos deverão estar acondicionados em embalagens novas e adequadas ao produto, que não danifiquem e provoquem lesões que afetem a sua aparência e utilização;

4.2 As embalagens dos produtos devem obedecer à legislação específica vigente, os produtos deverão conter em suas embalagens no mínimo: identificação do produto, identificação do fornecedor, tabela

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

nutricional e data de validade.

4.2.1 Todo fornecimento deverá vir acompanhado de recibo de entrega, contendo descrição do item, o peso/quantitativo, conforme unidade de fornecimento, e o nome do solicitante, devendo uma via ser entregue ao servidor designado pela SEDUC para receber os produtos.

4.2.2 Os produtos deverão ser entregues, exclusivamente às expensas do contratado, as quais inclui despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outras necessárias para o fornecimento do produto.

4.2.3 A pontualidade na entrega das mercadorias está vinculada ao cumprimento do Cardápio Nutricional. A não pontualidade na entrega das mercadorias implicará em prejuízo à execução do cardápio e consequentes transtornos ao balanceamento nutricional, dando ensejo à rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

4.2.4 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste projeto básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.3.1. O recebimento do objeto decorrente da presente contratação dar-se-á em conformidade com os arts. 140, 141 e 143 da Lei nº 14.133/2021, observando-se as seguintes etapas:

I – Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante conferência preliminar e apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

II – Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, após a verificação da qualidade e da quantidade dos produtos e o cumprimento integral das exigências contratuais.

4.3.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente pela Administração, podendo esse prazo ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.3.3. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser autorizada a emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

4.3.4. O prazo destinado à correção de inconsistências na execução do objeto ou ao saneamento da nota fiscal não será computado para fins de recebimento definitivo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

4.3.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, administrativa e ético-profissional do contratado, especialmente quanto à qualidade, segurança e perfeita execução do fornecimento.

4.4. DO LIMITE INDIVIDUAL DE COMERCIALIZAÇÃO

4.4.1. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar/ano/Entidade Executora, conforme disposto na Resolução FNDE nº 06/2020 e demais normas aplicáveis.

Para fins de comercialização, deverão ser observadas as seguintes regras:

I – Fornecedores individuais e grupos informais:

os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por CAF/ano/Entidade Executora;

II – Grupos formais (associações ou cooperativas):

o montante máximo a ser contratado será definido pelo resultado da multiplicação do número de agricultores familiares detentores de CAF válido, vinculados ao CAF Jurídico, pelo limite individual de comercialização, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{VMC} = \text{NAF} \times \text{R\$ 40.000,00}$$

Onde:

VMC = Valor Máximo a ser Contratado;

NAF = Número de Agricultores Familiares com **CAF válido** vinculados ao CAF Jurídico.

4.4.2. O controle de qualidade dos gêneros alimentícios será realizado a cada entrega, bem como sempre que os técnicos do Departamento de Alimentação Escolar julgarem necessário, assegurando o cumprimento das especificações técnicas, sanitárias e nutricionais, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do PNAE.

5 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução proposta consiste na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, por meio de Chamada Pública, utilizando-se o procedimento de credenciamento, de forma paralela e não excludente, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 11.947/2009 (alterada), da Resolução FNDE nº 06/2020, e demais normas aplicáveis ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

5.1.1 A contratação abrangerá agricultores familiares e empreendedores familiares rurais detentores de CAF válido, individuais ou organizados em grupos formais e informais, assegurando ampla participação, isonomia, transparência e atendimento às exigências legais e sanitárias. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, contínua e conforme demanda, durante o ano letivo de 2026, observando-se o cardápio elaborado por nutricionista responsável, a sazonalidade da produção agrícola e a capacidade produtiva dos fornecedores credenciados.

5.1.2. A solução adotada possibilita a contratação simultânea de múltiplos fornecedores, em condições padronizadas de fornecimento e preços compatíveis com o mercado local, garantindo a regularidade do

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

abastecimento, a diversificação dos gêneros alimentícios, a qualidade nutricional das refeições escolares e a mitigação de riscos de descontinuidade no fornecimento.

5.1.3. Além de assegurar o atendimento integral aos alunos da rede municipal de ensino, a solução promove o cumprimento do percentual mínimo legal de aplicação dos recursos do FNDE, vigente a partir de 1º de janeiro de 2026, bem como fomenta o desenvolvimento econômico local, o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de renda no meio rural e o desenvolvimento sustentável, em consonância com os princípios da administração pública e com as diretrizes do PNAE.

5.1.4 Dessa forma, a solução apresentada mostra-se adequada, eficiente, vantajosa e compatível com o interesse público, atendendo plenamente às necessidades da Administração quanto ao fornecimento de alimentação escolar de qualidade, regular e segura durante o exercício de 2026.

6 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	NOMENCLATURA	
UNIDADE	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC	
PROJETO / ATIVIDADE	2028	FUNCIONAMENTO DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL	
ELEMENTO	30	MATERIAL DE CONSUMO	
FONTES DE RECURSOS	1552 - 1550	PNAE/QSE	

7. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

7.1 O prazo de execução e vigência da contratação será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato. Podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107, da Lei 18.133/2021.

8 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 18.133/2021, quando couber.

8.2. Conforme resolução nº 06/2020 será exigido:

8.2.1. Da Regularização Sanitária

Considerando a necessidade de controle sanitário do objeto da contratação pretendida, ainda que classificados como de baixo risco, e em atenção aos princípios da Inclusão Produtiva com Segurança

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

Sanitária e à simplificação dos procedimentos de regularização sanitária, nos termos da RDC ANVISA nº 49/2013 e nº 153/2017, será solicitado do proponente documento que comprove a regularização sanitária de suas atividades.

Para fins de habilitação, deverá ser apresentado:

Alvará Sanitário, Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de vigilância sanitária competente, compatível com a natureza da atividade desenvolvida, quando exigível.

Art. 36 da Resolução FNDE nº 06/2020 dispõe que, para a habilitação dos projetos de venda, deve-se exigir:

§ 1º Dos Fornecedores Individuais, detentores de CAF Física, não organizados em grupo:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da CAF Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;

IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

§ 2º Dos Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de CAF Física, organizados em grupo:

I - a prova de inscrição no CPF;

II - o extrato da CAF Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

§ 3º Dos Grupos Formais, detentores de CAF Jurídica:

I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - o extrato da CAF Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

V - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

VI - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VII - a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

VIII - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas.

§ 4º Na ausência ou desconformidade de qualquer documento necessário à habilitação, ou de amostras a serem apresentadas conforme descrito no artigo 41, fica facultado à EEx a abertura de prazo para a regularização das desconformidades.

8.3. Para adequação legal, será exigida toda a documentação necessária conforme TR, EDITAL e normas reguladoras sobre o tema.

8.4. Participação de Consórcios

Justifica-se a vedação da participação de empresas reunidas em consórcio, baseando-se na discricionariedade dada pela legislação à Administração Pública, para que esta, determine a realização de licitação admitindo ou não que consorciadas possam participar do processo. Assim, trata-se de uma decisão discricionária do Município, pela adequada prestação dos serviços públicos à população tanto quanto pelo princípio da igualdade entre os participantes, buscando não privilegiar a formação de consórcio, o que poderia frustrar os fins desta prestação de serviço.

8.5. Da garantia da proposta

Não será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

8.6. Da garantia do contrato

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9 – DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS:

9.1. O fornecedor habilitado provisoriamente será convocado para apresentar as amostras em até 03 (três) dias úteis, na Secretaria Municipal de Administração de Santo Estêvão, no Setor de Licitações e Contratos. Horário: matutino: das 08:30h às 12:00h, vespertino das 14:00h às 17:00h.

9.2. Deverão ser entregues 03 (três) exemplares de cada item industrializado ou processado, em embalagem primária (embalagem que está em contato direto com os alimentos), igual a que será entregue por ocasião do fornecimento, onde deverão conter impressas as seguintes informações:

- a) Peso bruto e líquido quando necessário;
- b) Identificação do fabricante (nome e endereço);
- c) Prazo de validade;
- d) Lote;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

- e) Classificação do produto; (quando aplicável)
- f) Rotulagem nutricional conforme legislação vigente ANVISA RDC nº 429 de 08 de outubro de 2020 e IN Nº 75 de 08 de outubro de 2020.
- g) Todos os alimentos devem estar de acordo ao que estabelece a resolução FNDE nº 06/2020;

Conforme Art. 40 “Os produtos alimentícios a serem adquiridos para o alunado do PNAE devem atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde – MS e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.”

9.2.1. Ficam dispensadas da apresentação de amostras os produtos in natura, cuja avaliação ocorrerá no momento da entrega, quanto à qualidade, frescor e conformidade com as especificações do edital.

9.3. As amostras serão analisadas pela equipe do Departamento de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, sendo submetidas à análise, rotulagem e comparação entre a especificação do edital e embalagem entregue. O setor emitirá relatório no prazo de até 03 (três) dias corridos, contados a partir da chegada das amostras no setor.

9.4. "DA GRAVAÇÃO DAS SESSÕES DE AVALIAÇÃO: Conforme estabelecido no Art. 3º, § 4º do Decreto Municipal nº 906/2025, todos os procedimentos de avaliação de amostras e a realização de prova de conceito deverão ocorrer em sessões públicas obrigatoriamente gravadas em áudio e vídeo. Tais gravações deverão seguir a prescrição do Art. 17, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e serão juntadas aos autos do processo licitatório após o seu encerramento."

9.5. Em caso de reprovação, o proponente será notificado, observadas as disposições do edital quanto à substituição da amostra ou desclassificação.

10 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. No que diz respeito a RAZÃO DA ESCOLHA DO PRESTADOR, em atendimento ao que preconiza o artigo 72, VI da Lei 18.133/2021, está se dará através da contratação de pessoa física/jurídica do ramo da atividade do objeto de pretensão contratual, que preencha os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, sendo evidenciada a inviabilidade de competição por meio do credenciamento.

10.2. A Administração Pública, por meio do processo administrativo de chamamento público, convocará interessados na prestação dos serviços para que, uma vez atendidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados, bem como apresente toda documentação pertinente, que comprove o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima, ou seja, documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, atendendo ao artigo 72, incisos V e VI da Lei Federal 18.133/2021.

10.3. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

10.4. A solicitação de credenciamento deverá ser preenchida através dos Anexos do Edital pré-estabelecido para aceite dos preços formulados pela Administração Pública Municipal.

10.5. O requerimento de credenciamento e os documentos necessários à habilitação deverão ser encaminhados conforme Edital.

10.6. O requerimento de credenciamento não poderá conter emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que possam dificultar o reconhecimento de sua caracterização, considerada indispensável à sua validade.

10.7. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou entidade contratante, a seu critério, poderá convocar os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do credenciamento do interessado, especialmente para a assinatura do contrato respectivo.

10.8. O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições habilitatórias do início do contrato.

10.9. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

10.10. A divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição de eficácia do contrato e seus aditamentos e no Diário Oficial do Município (DOM) de forma complementar, e deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato.

11 – DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS:

11.1. No que diz respeito a justificativa de preços, em atendimento ao que preconiza o artigo 72, VII da Lei 18.133/2021, foram realizadas pesquisas de preço, que seguem em anexo, atendendo ao preceito do artigo 23 da Lei Federal 18.133/2021, na qual foi encontrado o preço compatível com o mercado, sendo considerado justo para esta Administração.

12 – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

18.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

18.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021 art. 117, caput)

18.6.1. O(s) fiscal(is) serão designado(s), através de portaria, para acompanhamento de execução dos serviços ao qual competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das falhas, problemas ou defeitos observados, aos quais de tudo darão ciência à CONTRATADA.

ROTINA DE FISCALIZAÇÃO

18.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

18.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

18.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

18.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

18.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

18.12. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

18.13. O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

18.14. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021.

18.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

18.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

18.17. Na fiscalização será averiguado o cumprimento de obrigações trabalhistas e sociais, conforme legislação vigente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

18.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

18.19. A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

18.20. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

18.21. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

18.22. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Agente de Contratação na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

18.23. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

18.24. O(s) fiscal(is) não possuem permissão e/ou competência para aplicar quaisquer espécies de penalidades aos trabalhadores da contratada, devendo as eventuais reclamações/observações serem conduzidas diretamente ao preposto da empresa.

Gestor do contrato

18.25. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

18.26. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

18.27. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

18.28. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

18.29. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

18.30. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. Do recebimento

18.1.1. Os **bens serão recebidos provisoriamente**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

18.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

18.1.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

18.1.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

18.1.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.1.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

18.1.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.1.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.1.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.1.10. Os **bens serão recebidos definitivamente** no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, obedecendo os seguintes procedimentos:

18.1.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

18.1.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.1.10.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.1.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

18.1.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

18.1.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto,

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

para efeito de liquidação e pagamento.

18.1.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

18.1.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

18. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Liquidação

18.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

18.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.3.1. o prazo de validade;

18.3.2. a data da emissão;

18.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

18.3.5. o valor a pagar; e

18.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

18.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.6. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

18.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

18.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

18.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de correção monetária.

Forma de pagamento

18.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.18.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.18.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.18.2.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. A CONTRATADA obriga-se a:

18.1.1. executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

18.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

18.1.3. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;

18.1.4. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

18.1.6. apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá e/ou outro documento equivalente;

18.1.7. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;

18.1.8. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

18.1.9. relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

18.1.10. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTEVÃO - BAHIA

18.1.11. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

18.1.18. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;

18.2. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

18.3. As características indicadas na proposta vinculam a referida contratação;

16 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

18.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;

18.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

18.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

18.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

18.1.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O Município de Santo Estevão reserva-se no direito de impugnar a prestação do serviço, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

18.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 18.133/2021.

18.3. Fica eleito o foro da Comarca de Santo Estevão como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Santo Estevão-BA, 06 de maio de 2026.

EDUARDO BESSA DE SOUZA
AGENTE DE PLANEJAMENTO

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias a prestação do serviço, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

PAULO BIBIANO DA SILVA GOMES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

(MODELO FORNECEDOR INDIVIDUAL E GRUPO INFORMAL)

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2026

Eu,(por extenso),
inscrito(a) no CPF N. e DAP/CAF Física N.
DECLARO para fins de participação na Chamada Pública N. /, no
âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que os gêneros
alimentícios relacionados no Projeto de Venda em meu nome são oriundos de
produção própria.

..... (Município/UF), de de

.....

(Nome por extenso e assinatura do agricultor familiar)

CPF N.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

(MODELO GRUPO FORMAL)

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2026

Eu, (*por extenso*),
representante da Cooperativa/Associação, inscrita
no CNPJ N. e DAP/CAF Jurídica N. DECLARO, para
fins de participação na Chamada Pública N. /, no âmbito do Programa
Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que os gêneros alimentícios relacionados
no Projeto de Venda são oriundos de produção própria dos cooperados/associados
que possuem DAP/CAF Física e compõem esta Cooperativa/Associação.

..... (*Município/UF*), de de

.....
(*Nome por extenso e assinatura do representante legal da Cooperativa/Associação*)

CPF N.

.....
(Carimbo da Cooperativa/Associação)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA

(MODELO FORNECEDOR INDIVIDUAL/GRUPO INFORMAL)

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2026

O(A) (*nome do agricultor por extenso*),
inscrito(a) no CPF N., DAP/CAF N., DECLARA que se responsabilizará
pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios, no valor de R\$ 40.000,00
(quarenta mil reais) por DAP ou CAF/ano/Entidade Executora referente à sua produção, considerando
os dispositivos da Lei nº 11.947/2009, as Resoluções/FNDE relativas ao PNAE e demais documentos
normativos, no que couber.

..... (*Município/UF*), de de

.....

(*Nome por extenso e assinatura do agricultor familiar*)

CPF N.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA (MODELO GRUPO FORMAL)

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2026

O(A)..... (nome do Grupo Formal),
inscrito(a) no CNPJ N., DAP/CAF Jurídica N., com
sede na..... (endereço da
cooperativa/associação), neste ato
..... representado(a) por
..... (nome do representante legal da
cooperativa/associação), portador(a) do RG N., CPF N., nos termos do
Estatuto Social, DECLARA que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros
alimentícios dos Agricultores e Empreendedores Familiares Rurais que compõem o quadro social desta
Entidade, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP ou CAF/ano/Entidade Executora
referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947/2009, as Resoluções/FNDE
relativas ao PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

..... (Município/UF), de de

.....
(Nome por extenso e assinatura do representante legal da Cooperativa/Associação)

CPF N.

.....
(Carimbo da Cooperativa/Associação)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO V

PROJETO DE VENDA

(MODELO FORNECEDOR INDIVIDUAL)

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2026

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA N.					
I. IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR					
FORNECEDOR(A) INDIVIDUAL					
1. Nome do Proponente			2. CPF		
3. Endereço		4. Município/UF		5. CEP	
6. N. da DAP¹/CAF Física ou NIS		7. DDD/Telefone		8. E-mail (quando houver)	
9. Banco		10. Agência		11. Conta Corrente	
II. RELAÇÃO DOS PRODUTOS					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4.1 Preço de Aquisição Unitário* (R\$)	4.2 Preço de Aquisição Total* (R\$)	5. Cronograma de entrega dos produtos
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
6. Total do Projeto (R\$)					
* Preço publicado no Edital N. (o mesmo que consta na Chamada Pública).					
III. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome		2. CNPJ		3. Município	
4. Endereço				5. Telefone	
6. Nome do Representante Legal				7. CPF	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Local e Data		Assinatura do Fornecedor Individual			

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO V PROJETO DE VENDA

(MODELO GRUPO INFORMAL)

CHAMADA PÚBLICA N. 01/2026

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA N.					
I. IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES					
GRUPO INFORMAL					
1. Nome do Proponente			2. CPF		
3. Endereço			4. Município/UF		5. CEP
6. E-mail (quando houver)			7. Telefone		
8. Organizado por Entidade Articuladora () Sim () Não		9. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)		10. E-mail/Telefone	
II. FORNECEDORES PARTICIPANTES					
1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP¹/CAF Física ou NIS	4. Banco	5. Agência	6. Conta Corrente
1.					
2.					
3.					
4.					
III. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome da Entidade		2. CNPJ		3. Município	
4. Endereço				5. DDD/Telefone	
6. Nome do Representante e E-mail				7. CPF	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

IV. RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS					
1. Identificação do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição* (R\$) / Unidade	6. Valor Total
1.					
Total/Agricultor					
2.					
Total/Agricultor					
3.					
Total/Agricultor					
4.					
Total/Agricultor					
				Total do Projeto	
* Preço publicado no Edital N. (o mesmo que consta na Chamada Pública).					

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

V. TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto (R\$)	6. Cronograma de Entrega dos Produtos
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7.					
Total do Projeto (R\$)					
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Local e Data		Assinatura do Representante do Grupo Informal			Telefone/E-mail
Local e Data		Agricultores Fornecedores do Grupo Informal			Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO V
PROJETO DE VENDA
(MODELO GRUPO FORMAL)
CHAMADA PÚBLICA N. 001/2026

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA N.					
I. IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES					
GRUPO FORMAL					
1. Nome do Proponente			2. CNPJ		
3. Endereço			4. Município/UF		
5. E-mail		6. DDD/Telefone		7. CEP	
8. N. DAP/CAF Jurídica ou NIS		9. Banco	10. Agência	11. Conta Corrente	
12. N. Total de Associados		13. N. de Associados sem DAP¹/CAF Física ou NIS		14. N. de Associados com DAP¹/CAF Física ou NIS	
15. Nome do Representante Legal		16. CPF		17. DDD/Telefone	
18. Endereço			19. Município/UF		
II. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome da Entidade			2. CNPJ		3. Município/UF
4. Endereço				5. DDD/Telefone	
6. Nome do Representante e E-mail				7. CPF	
III. RELAÇÃO DE PRODUTOS					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4.1. Preço de Aquisição Unitário* (R\$)	4.2. Preço de Aquisição Total* (R\$)	5. Cronograma de Entrega dos Produtos
1.					
2.					
3.					
6. Total do Projeto (R\$)					
* Preço publicado no Edital N. (o mesmo que consta na chamada pública).					
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

Local e Data	Assinatura do Representante do Grupo Formal	Telefone/E-mail:
--------------	---	------------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO VI TERMO DE RECEBIMENTO

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2026

Atesto que a Secretaria de Educação do Município de Santo Estêvão, Bahia, do(a)....., inscrita no CNPJ N., representada por (nome do representante legal da UEx.), CPF N. recebeu em / / do fornecedor (nome do fornecedor ou associação/cooperativa) o(s) produto(s) abaixo relacionado(s):

Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R\$)	*Valor Total (R\$)
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Total (R\$)				

*Anexar notas fiscais.

Nestes termos, o(s) produto(s) entregue(s) está(ão) de acordo com o Projeto de Venda e totalizam o valor de R\$
(.....).

Declaro ainda que o(s) produto(s) recebido(s) está(ão) de acordo com as especificações técnicas e com os padrões de qualidade higiênico-sanitários exigidos no Edital da Chamada Pública N., pelo(s) qual(is) concedemos a aceitabilidade.

..... (Município/UF), de de

.....
Nome por extenso e assinatura do servidor responsável pelo recebimento/conferência dos produtos
CPF/MATRÍCULA N.

.....
Nome por extenso e assinatura do fornecedor ou do representante legal da associação/cooperativa
CPF N.

.....
(Carimbo da cooperativa/associação, se for o caso)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026 CONTRATO Nº. XXXXXXXX/XXXX

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

A Prefeitura Municipal de Santo Estêvão, Bahia, através da Secretaria Municipal de Educação, com sede à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, N. xxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxx, município de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o N. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, representada, neste ato, pelo(a) Sr. Prefeito Tiago Gomes Dias e pelo Secretário de Educação o(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e por outro lado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, situado(a) à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx N. xxxx, no município de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx/MS, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob N. xxxxxxxxxxxx, doravante denominado(a) CONTRATADO(A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 14.133/2021, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública N. xxxxxxxx./xxxx, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. É objeto: CONTRATAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE, NOS TERMOS DA LEI N.º 11.947, DE 16/07/2009, RESOLUÇÃO Nº 06 DO FNDE, DE 08/05/2020, DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DESTE MUNICÍPIO, DURANTE O ANO LETIVO DE 2026, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. O(A) CONTRATADO(A) se compromete a fornecer o(s) gênero(s) alimentício(s) da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

3.1. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do(a) CONTRATADO(A) será de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – DAP ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) por ano civil referente à sua produção, conforme a legislação do PNAE.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1. DOS VALORES:

4.1.1. O preço de aquisição é aquele pago ao fornecedor da Agricultura Familiar, cujo cálculo inclui as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários; e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

4.1.2. Pelo fornecimento do(s) gênero(s) alimentício(s), no(s) quantitativo(s) descrito(s) no quadro abaixo, o(a) CONTRATADO(A) receberá o valor total de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx (xx).

Produto	Unidad e	Quantidade	Periodicidad e de Entrega	Preço de Aquisição (R\$)	
				Preço Unitário	Preço Total
Valor Total do Contrato (R\$)					

4.2. DA ENTREGA DO(S) PRODUTO(S):

4.2.1. A entrega do(s) produto(s) deverá ser realizada na sede da UEx., de acordo com a periodicidade estabelecida no ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS do Edital de Chamada Pública Nº 001/2026, durante o decorrer do ano de xxxx, cujas quantidades e datas por período serão solicitadas pelo contratante de acordo com a demanda, mediante solicitação por escrito, formalizada pelo contratante.

4.2.2. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em conformidade com as especificações e os padrões de qualidade higiênico-sanitários exigidos no Edital da Chamada Pública Nº 001/2026, sendo de inteira responsabilidade do(a) contratado(a) a substituição deles, caso não estejam compatíveis.

4.2.3. Para o(s) produto(s) refrigerado(s), a(s) entrega(s) ocorrerá(ão) em veículo fechado, isotérmico e/ou refrigerado, devidamente compatível com as características do alimento a ser transportado, sendo obrigatória a apresentação do Certificado de Vistoria do Veículo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

4.2.4. O(s) produto(s) será(ão) recebido(s) pelo servidor designado pela autoridade competente, mediante o preenchimento do ANEXO VI - TERMO DE RECEBIMENTO do Edital de Chamada Pública Nº 001/2026, e do atesto no verso da Nota Fiscal de Venda correspondente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS E REAJUSTE

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta dos recursos orçamentários à seguir:

Inserir dotação orçamentária XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
--

5.2. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice anual, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021. Será utilizado o índice IPCA.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O(A) CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no item 4.2.4 da Cláusula Quarta, efetuará o pagamento no valor correspondente à entrega, por meio de cartão magnético ou por transferência bancária no nome do CONTRATADO(A).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O(A) CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do(a) CONTRATADO(A) está sujeito ao pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

7.2. O(A) CONTRATADO(A) será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução total do contrato;
- c)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- e)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

h) entregar produto com defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor, ou, ainda, fora das especificações contratadas.

7.3. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, o(a) CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao(a) CONTRATADO(A) as sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 156.

7.4. Será aplicada multa nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais o(a) CONTRATANTE tenha incorrido, nos seguinte percentuais:

a) 20% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, no caso da infração prevista na alínea **a**, do item **7.2**;

b) de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, no caso das infrações previstas nas alíneas **b**, **c**, **d**, **e**, **f**, **g** e **h**, do item **7.2**.

7.5. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério do(a) CONTRATANTE.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo(a) CONTRATANTE ao(a) CONTRATADA, além de perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

7.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas **b** e **c**, do item **7.2**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 3 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:

a) impedimento pelo período de até 3 (três) anos, para a infração prevista na alínea **b**, do item **7.2**;

b) impedimento pelo período de até 1 (um) ano, para a infração prevista na alínea **c**, do item **7.2**.

7.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas **d**, **e**, **f** e **g** do item **7.2**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

a) declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos, para a infração prevista na alínea **d**;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

b) declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos, para a infração prevista na alínea **e, f e g**.

7.9. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7.10. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo III do Decreto n. 16.189/2023.

CLÁUSULA OITAVA - DA GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. O(A) CONTRATANTE se compromete a guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos as cópias das Notas Fiscais, os Termos de Recebimento apresentados nas prestações de contas bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

9.1. É de exclusiva responsabilidade do(a) CONTRATADO(A) o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO INTERESSE PÚBLICO

10.1. O(A) CONTRATANTE, em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares, poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do(a) CONTRATADO(A);

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do(a) CONTRATADO(A);

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

10.2. Sempre que o(a) CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato, sem restar culpa do(a) CONTRATADO(A), deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MULTAS

11.1. A multa aplicada após regular o processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo(a) CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

12.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Entidade Executora (EEx.), Secretaria de Educação do Município de Santo Estêvão – Bahia, e de outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública Nº 001/2026, pelas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Lei Federal nº 11.947/2009, em todos os seus termos, que devem ser aplicados, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ADITAMENTO CONTRATUAL DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. O(A) CONTRATADO(A) é obrigado(a) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

15.1. As comunicações com origem neste Contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1. Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a)** por acordo entre as partes;
- b)** pela inobservância de qualquer de suas condições;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

17.1. O presente Contrato vigorará da data da sua assinatura até xx, de xxxxxxxxxxxxxx de xxxx.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. É competente o Foro da Comarca de Santo Estêvão, Bahia, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Estêvão, Bahia, xx de xxxxxxxxxxxxxx de 2026.

XX

do(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF N. xxxxxxxxxxxxxx

CONTRATANTE

XX

CPF ou CNPJ N. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CONTRATADO

.....

(Carimbo)

TESTEMUNHAS:

1.

(Nome por extenso do Diretor(a) da Unidade de Ensino e
CPF).....

(Nome por extenso e CPF)